



MUNICÍPIO DE CUBA CÂMARA MUNICIPAL

ATA N.º 26

28-09-2022

HA
Helena
J
M

Aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, João Manuel Casaca Português, realizou-se a vigésima sexta reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Jorge Manuel Rolim Caixeiro, Filipe Domingos Candeias Chora, Sandra Manuela Figueira Heleno Serrano e Hugo Miguel das Dores Soudo.-----

Participou também nos trabalhos o Chefe da Divisão de Ambiente, Ordenamento, Desenvolvimento e Sociedade, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação. -----

Esteve também presente o Coordenador Técnico José Francisco Ribeiro Roque, trabalhador designado para secretariar as reuniões do Órgão Executivo Colegial. -----

A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois dos membros da Câmara em cima enunciados terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.-----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico).-----

O Dr. Vitor Fialho informou que terminou ontem o prazo para entrega de propostas para a loja 1 da Rua de Serpa Pinto não tendo sido apresentadas quaisquer propostas.

O Executivo deliberou prorrogar o prazo até ao dia 25 de outubro mantendo-se em vigor todas as cláusulas do concurso. -----

BALANCETE DE TESOUREARIA REFERENTE AO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2022: € 384 346,24. --

ORDEM DO DIA:-----

1. ALTERAÇÃO N.º 7 AO ORÇAMENTO E GOP'S DE 2022. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente, aposto na Informação n.º 11075 da Chefe da DAFC, Dr.ª Carmen Estrela, que aprovou a alteração n.º 7 ao Orçamento e Gop's de 2022, nos seguintes termos: -----

Enquadramento Legal: -----

A modificação ao orçamento e às GOP'S, enquadra-se no enumerado no Dec.- Lei nº 192/2015, " As alterações orçamentais constituem um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento à execução orçamental ocorrendo a despesas inadiáveis, não previsíveis ou insuficientemente dotadas, ou receitas imprevisíveis. As alterações orçamentais podem ser modificativas ou permutativas, assumindo a forma de inscrição ou reforço, anulação ou diminuição ou crédito especial". -----

Na alteração n.º 7 no orçamento da despesa, a modificação ocorreu para fazer face a reforços relacionados com conservação de bens, encargos de cobrança e outras despesas correntes- outras (quotizações). -----

A nível das despesas com o pessoal, os reforços ocorreram para fazer face a despesa relacionada com trabalho extraordinário e pessoal em regime de tarefa ou avença. ----

O Plano Plurianual de Investimentos sofreu modificações (reforços) nos seguintes projetos: -----

01 111 2002/1 ação1 - O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de hardware (Discos SSD, teclados, Ap - access point);

03 331 2002/60 ação 2- O reforço ocorreu para fazer face a a acertos de cabimentação relacionados com o projeto, empreitada de mão de obra de calcetamento de diversos arruamentos em Cuba;

As Atividades Mais Relevantes sofreram modificações(reforços) nos seguintes projetos: -----

02 211 2003/5001 ações 1e 2- O reforço ocorreu para fazer face a futura despesa relacionada com o projeto;

02 232 2018/5004 ações 1 e 3- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com o projeto;

02 251 2019/5005 ação1-O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com o projeto;

02 253 2002/5004 ação 2-O reforço ocorreu para fazer face à transferência para a paróquia de Vila Alva (ajuda para recuperação do telhado da igreja de Santo António);

03 341 2002/5050 ações 1,2 e 7- O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação relacionados com o projeto.

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do PS, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina que *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Presidente da Câmara. -----

2. PEDIDO DE TRANSMISSÃO DE TITULARIDADE DE TALHO DO MERCADO MUNICIPAL E APRECIAÇÃO DE SITUAÇÃO FINANCEIRA. -----

Foi presente à Câmara a informação nº. 93/2022, DAODS/SAJAI, da autoria da Dra. Maria Isabel Semião, cujo teor se transcreve:-----

No seguimento do pedido apresentado pelo Sr. Manuel Tomás Fitas Vasco, deliberou a Câmara Municipal de Cuba, em sua reunião ordinária de 17/08/2022, autorizar a transmissão da titularidade do título de ocupação do talho do Mercado Municipal que se encontrava em nome de Tabela Rigorosa, Unipessoal, Lda, sociedade que foi dissolvida e liquidada, e da qual ele era sócio único para o seu nome, bem como autorizar o pagamento em prestações dos valores em dívida, condicionada à apresentação de elementos comprovativos da sua insuficiência económica. -----

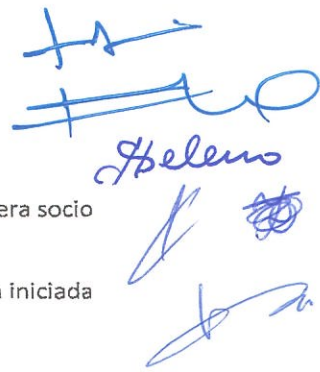
Vem, agora, o requerente expor o seguinte: -----

Venho por este meio trazer esclarecimentos a este processo que já vai longo.

Informações:

-A loja encontrava-se arrendada à empresa Tabela Rígida – unipessoal, Lda, da qual era socio gerente e a mesma foi dissolvida em 30/09/2019.

-A empresa que substitui a primeira é a empresa Manuel Tomas Vasco-Unipessoal, Lda iniciada em 13/06/2019 com o NIPC 515534129, da qual também sou socio gerente.


Helena

Na reunião que tive com os elementos da camara por lapso disse que o arrendamento deveria passar para o meu nome pessoal mas não era isso que queria dizer, pois a intenção era passar o arrendamento para a minha “nova” empresa unipessoal, pelo que como gira tudo em torno da minha pessoa criei confusão.

Pretendo que todas as diligencias que foram feitas em meu nome pessoal passem para a minha empresa Manuel tomas Vasco – unipessoal, lda, e envio em anexo o comprovativo da insuficiência financeira da empresa.

Mais apresentou o requerente a declaração do modelo de IRC relativa ao ano de 2022, da qual resulta ter tido um prejuízo para afeitos fiscais de € 25.693,52. -----

Quid júris? -----

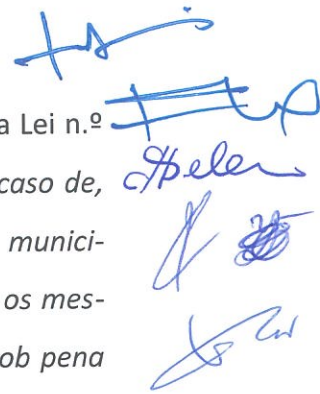
Considerando que estão preenchidas as condições de transmissão da ocupação do trabalho do mercado, conforme disposto no n.º 4 do art.º 10.º e no n.º 1 do art.º 13.º, ambos do Regulamento do Mercado Municipal de Cuba, poderá retificar-se a deliberação referida do órgão executivo, passando essa ocupação a ser titulada pela sociedade Manuel Tomás Vasco, Unipessoal, Lda, pessoa coletiva n.º 515534129. -----

Mais se informa que, tratando-se de um assunto que urge resolver, poderá V. Ex.ª, Sr. Presidente, fazer uso da faculdade conferida pelo n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e despachar favoravelmente o presente pedido, ficando o mesmo sujeito a ratificação da Câmara Municipal na sua reunião ordinária de 28/09/2022. -----

No que se reporta à insuficiência económica, atenta a situação de prejuízo da sociedade, considera-se a mesma provada, passando o pagamento da dívida a ser feito em 26 prestações mensais de € 100,00 (cem euros) cada uma, com acerto no valor da última, sem necessidade de mais formalismos, conforme deliberado pela Câmara Municipal em 17/08/2022. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que aprovou a transmissão de titularidade nos termos em que havia sido requerida. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina que *“Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Presidente da Câmara. -----



3. MARISA ISABEL LOURENÇO GONÇALVES CASCÃO. PEDIDO DE 2 LICENÇAS ESPECIAIS DE RUÍDO. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que autorizou a emissão de duas licenças especiais de ruído, requerida pela Sra. Marisa Isabel Lourenço Gonçalves Cascão, para realização de duas sessão de Karaoke nos dias 17 e 24 de setembro de 2022, no horário compreendido entre as 22h e as 02h, no Coreto junto ao Café “O Poeta”, no Parque Manuel de Castro, em Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina que *“Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Presidente da Câmara. -----

4. A.G.C. - ASSOCIAÇÃO GALGUEIRA DE CUBA. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO PARA CORRIDA DE GALGOS. PEDIDO DE CEDÊNCIA DE MATERIAL E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS. -----

Solicita a A.G.C. Associação Galgueira de Cuba, licença especial de ruído para a realização de uma corrida de galgos no dia 8 de outubro de 2022, no horário compreendido entre as 10h e as 17h, na Pista de Galgos sita no recinto da Feira Anual de Cuba; o apoio logístico habitual que permita essa realização e, ainda, a isenção do pagamento das taxas correspondentes.-----

De acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 19/01, na redação do Decreto-Lei 278/2007 de 01/08, o exercício de atividades ruidosas temporárias pode ser autorizado em casos excepcionais e devidamente justificados, mediante emis-

são de licença especial de ruído concedida pelo município. O presente pedido tem enquadramento no disposto no artigo 15.º do presente Decreto-Lei. De acordo com o disposto na alínea ee) do art. 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, compete à Câmara Municipal no âmbito do planeamento e do desenvolvimento “*criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património municipal ou colocados por lei, sob a administração municipal*”. -----

Refere o n.º 2 do art. 5 do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba, poderão estar isentos de taxas ou beneficiar de uma redução até 50% mediante deliberação fundamentada da câmara as pessoas coletivas de utilidade pública administrativa.-----

As taxas previstas em tabela são as seguintes – Licença especial de ruído – € 17,67 (por dia). -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação n.º 137/2022, da SA, deliberou:

(1) Autorizar a realização da prova; -----

(1.1) Tomar conhecimento da cedência do material solicitado, que sendo competência da Câmara foi a mesma delegada no Presidente; -----

(1.2) Emitir a licença Especial de ruído, de acordo disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 19/01, com as alterações do Decreto-Lei n.º 278/2007 de 01/08; -(1.3)

Isentar do pagamento de taxas em 50%, nos termos do n.º 4 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba, sendo de € 17,67, o valor total das taxas referentes à emissão da licença de ruído, sobre o qual incide o pedido de isenção. -----

5. ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS DADORES DE SANGUE DE BEJA. PEDIDO DE CEDÊNCIA DO PAVILHÃO MULTIUSOS DA MATA. -----

Foi presente à Câmara a informação nº. 143/2022, DAFC/SA, da autoria da Assistente Técnica Sílvia Machado, cujo teor se transcreve: -----

Solicita a Associação Humanitária dos Dadores de Sangue de Beja a cedência do Pavilhão Multiusos da Mata no dia 22 de outubro de 2022 para recolha de sangue. -----

Ao abrigo do disposto no art. 1.º ponto 3, Cap. I do Código de Posturas e Regulamentos do Município de Cuba, as instalações poderão ser cedidas para casamentos, festas

ou outras iniciativas, desde que essa utilização não prejudique a atividade referida no n.º 2 e não deteriore as instalações, sendo que, com base no artigo 2.º do Capítulo I, alínea 7 do mesmo regulamento, a taxa de utilização custeará as despesas inerentes ao funcionamento, conservação e manutenção das instalações, bem como do equipamento nelas existentes. -----

A Câmara, por unanimidade, atenta ao propósito da ação e à importância do trabalho desenvolvido pela Associação deliberou ceder gratuitamente as instalações. -----

6. CLAUDINO JOSÉ LANCINHA ENGUIÇA. PEDIDO DE PERDÃO DE DÍVIDA DE ÁGUA DEVIDO A ROTURA. -----

Solicita o Sr. Claudino José Lancinha Enguiça o perdão da dívida de água referente ao consumo do mês de agosto, no prédio sito nas Rua da Fonte dos Leões, 18, em Cuba, dado que a mesma resultou de uma rotura. -----

A Câmara, por unanimidade, atendendo a que a rotura aconteceu no interior da habitação, logo, da responsabilidade do requerente, deliberou permitir o pagamento do valor do consumo de forma fracionada, até ao máximo de 10 prestações, sendo que, a cumprir-se esse requisito, não será necessário o assunto vir novamente a reunião do Executivo. -----

7. ELINA DANIELA RAIMUNDO MATEUS LOPES. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE CAF EM PRESTAÇÕES. -----

Foi presente à Câmara a informação n.º. 139/2022, DAFC/SA, da autoria da Assistente Técnica Sílvia Machado, cujo teor se transcreve: -----

Solicita a Sr.ª Elina Daniela Raimundo Mateus Lopes, o pagamento da componente de apoio a família, de seus filhos, no valor de € 982,95, em prestações mensais de 50,00 €, uma vez que de momento não tem condições para poder pagar a totalidade. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a informação n.º 139/2022, da Subunidade Administrativa deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento faseado, alertando, no entanto, para o facto de que o incumprimento no paga-

mento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----


Heleno

8. MARIA JOÃO PIRES PENAS. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE CAF EM PRESTAÇÕES. -----




Foi presente à Câmara a informação nº. 136/2022, DAFC/SA, da autoria da Assistente Técnica Sílvia Machado, cujo teor se transcreve: -----

Solicita a Sr.ª Maria João Pires Penas, o pagamento da componente de apoio a família, de seus filhos, no valor de € 1 461,29, em prestações mensais de 50,00 €, uma vez que de momento não tem condições para poder pagar a totalidade. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a informação nº. 136/2022, da Subunidade Administrativa, deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento faseado, alertando, no entanto, para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

9. ANA LUÍSA BATISTA ABUNDÂNCIA. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE CAF EM PRESTAÇÕES. -----

Foi presente à Câmara a informação nº. 138/2022, DAFC/SA, da autoria da Assistente Técnica Sílvia Machado, cujo teor se transcreve: -----

Solicita a Sr.ª Ana Luísa Batista Abundância, o pagamento da componente de apoio a família, de sua filha, no valor de € 220,81, em prestações mensais de 50,00 €, uma vez que de momento não tem condições para poder pagar a totalidade. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a informação n.º 138/2022, da Subunidade Administrativa, deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento faseado, alertando, no entanto, para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

10. ANDREIA SOFIA POMBINHO TOMÉ. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE CAF EM PRESTAÇÕES. -----

Foi presente à Câmara a informação nº. 140/2022, DAFC/SA, da autoria da Assistente Técnica Sílvia Machado, cujo teor se transcreve: -----

Solicita a Sr.ª Andreia Sofia Pombinho Tomé, o pagamento da componente de apoio a

família, de seus filhos, no valor de € 734,27, em prestações mensais de 50,00 €, uma vez que de momento não tem condições para poder pagar a totalidade. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a informação n.º 140/2022, da Subunidade Administrativa deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento faseado, alertando, no entanto, para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

11. SANDRA CARINA VIANA AMARO. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE CAF EM PRESTAÇÕES. -----

Foi presente à Câmara a informação n.º. 141/2022, DAFC/SA, da autoria da Assistente Técnica Sílvia Machado, cujo teor se transcreve: -----

Solicita a Sr.ª Sandra Carina Viana Amaro, o pagamento da componente de apoio a família, de seus filhos, no valor de € 520,86, em prestações mensais de 50,00 €, uma vez que de momento não tem condições para poder pagar a totalidade. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a informação n.º. 141/2022, da Subunidade Administrativa deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento faseado, alertando, no entanto, para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

12. CLÁUDIA ISABEL LOURO CAIXEIRO. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE CAF EM PRESTAÇÕES. -----

Foi presente à Câmara a informação n.º. 149/2022, DAFC/SA, da autoria da Assistente Técnica Sílvia Machado, cujo teor se transcreve: -----

Solicita a Sr.ª Cláudia Isabel Louro Caixeiro, o pagamento da componente de apoio a família, de seus filhos, no valor de € 861,11, em prestações mensais de 40,00 €, uma vez que de momento não tem condições para poder pagar a totalidade. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a informação n.º. 149/2022, da Subunidade Administrativa deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento faseado, alertando, no entanto, para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras.-----

Mais deliberou a Câmara, relativamente aos pontos de 7 a 12, determinar aos serviços que apresentem na reunião de Câmara de 9 de novembro o reporte do resultado dos pedidos agora efetuados. -----

13. SÉRGIO MANUEL VICENTE GUERREIRO. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: RUA ANTÓNIO LUÍS FIALHO, N.º 9, EM CUBA. -----

Solicita o Sr. Sérgio Manuel Vicente Guerreiro, titular do contrato de água da morada indicada, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo que tem em dívida e em processo execução fiscal, no valor de € 295,93, em prestações mensais de € 20,00, de acordo com a simulação anexa, dado que, devido a dificuldades de ordem económica não tem possibilidade de proceder ao pagamento na íntegra. -----

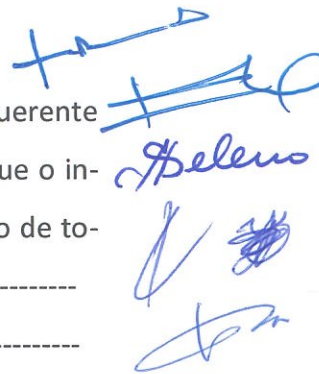
A Câmara, por unanimidade, de acordo com a Informação n.º 134/2022, da Subunidade Administrativa e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão do requerente possibilitando o pagamento de forma fracionada, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

14. ADRIANA JOSÉ ALMEIDA PIRES. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: BAIRRO GENERAL HUMBERTO DELGADO, N.º 11, EM CUBA. -----

Solicita a Sr.ª Adriana José Almeida Pires, titular do contrato de água da morada indicada, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo que tem em dívida e em processo execução fiscal, no valor de € 115,23, em prestações mensais de € 20,00, de acordo com a simulação anexa, dado que, devido a dificuldades de ordem económica não tem possibilidade de proceder ao pagamento na íntegra. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a Informação n.º 135/2022, da Subunidade Administrativa e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26

de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão do requerente possibilitando o pagamento de forma fracionada, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----


Handwritten signature and initials in blue ink, including the name 'Beleus'.

15. FRANCISCA ANTÓNIA GALINHA JANEIRO. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: RUA 1.º DE MAIO, N.º 22, EM CUBA. -

Solicita a Sr.ª Francisca Antónia Galinha Janeiro, titular do contrato de água da morada indicada, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo que tem em dívida e em processo execução fiscal, no valor de € 1931,67, em prestações mensais de € 100,00, de acordo com a simulação anexa, dado que, devido a dificuldades de ordem económica não tem possibilidade de proceder ao pagamento na íntegra. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a Informação n.º 145/2022, da Subunidade Administrativa e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão do requerente possibilitando o pagamento de forma fracionada, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

16. FRANCISCA ANTÓNIA GALINHA JANEIRO. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: RUA DA ESPERANÇA, N.º 48, EM CUBA. -----

Solicita a Sr.ª Francisca Antónia Galinha Janeiro, titular do contrato de água da morada indicada, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo que tem em dívida e em processo execução fiscal, no valor de € 541,52, em prestações mensais de € 50,00, de acordo com a simulação anexa, dado que, devido a dificuldades de ordem económica não tem possibilidade de proceder ao pagamento na íntegra. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a Informação n.º 146/2022, da Subunidade Administrativa e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão do requerente

possibilitando o pagamento de forma fracionada, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

17. FRANCISCA ANTÓNIA GALINHA JANEIRO. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: TRAVESSA DOS JASMINS, N.º 9, R/C ESQ.º, EM CUBA. -----

Solicita a Sr.ª Francisca Antónia Galinha Janeiro, titular do contrato de água da morada indicada, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo que tem em dívida e em processo execução fiscal, no valor de € 461,18, em prestações mensais de € 50,00, de acordo com a simulação anexa, dado que, devido a dificuldades de ordem económica não tem possibilidade de proceder ao pagamento na íntegra. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a Informação n.º 147/2022, da Subunidade Administrativa e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão do requerente possibilitando o pagamento de forma fracionada, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

18. ANABELA MARIA RAPOSO MILITÃO. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: RUA DA ESPERANÇA N.º 17, EM CUBA. -----

Solicita a Sr.ª Francisca Antónia Galinha Janeiro, titular do contrato de água da morada indicada, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo que tem em dívida e em processo execução fiscal, no valor de €211,74, em prestações mensais de € 40,00, de acordo com a simulação anexa, dado que, devido a dificuldades de ordem económica não tem possibilidade de proceder ao pagamento na íntegra. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a Informação n.º 148/2022, da Subunidade Administrativa e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão do requerente

possibilitando o pagamento de forma fracionada, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

Mais deliberou a Câmara, relativamente aos pontos de 13 a 18, determinar aos serviços que apresentem na reunião de Câmara de 9 de novembro o reporte do resultado dos pedidos agora efetuados. -----

19. PADRE PAULO REIS GODINHO. PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO PARA RECUPERAÇÃO DO TELHADO DA IGREJA DE SANTO ANTÓNIO, EM VILA ALVA. -----

Foi presente à Câmara a informação nº. 92/2022, DAODS/SAJAI, da autoria da Dra. Maria Isabel Semião, cujo teor se transcreve:-----

“Foi-nos presente o pedido apresentado pelo Sr. Padre Paulo Reis Godinho, que a seguir se transcreve: -----

Exmo Senhor Presidente,

a paróquia de Vila Alva, mesmo sem ter o montante a pagar, decidiu avançar para a recuperação do telhado da Igreja de Santo António, nesta localidade. Dos vários orçamentos, o mais em conta ronda os €3000 e poucos mais IVA.

Pedimos, pois, a ajuda da Câmara Municipal de Cuba, como apelámos também a toda a população de Vila Alva, bem como à Junta de Freguesia, pois sozinhos não conseguimos. A Igreja de São João são largos milhares e só com ajuda de algum programa estatal poderemos fazer alguma coisa, mais profunda. Agora Santo António penso que está ao nosso alcance.

Se o executivo a que preside nos puder ajudar, muito agradecemos.

Quid jûris? -----

Os municípios dispõem, entre outras, de atribuições nos domínios do património e da cultura, conforme estatuído na alínea e) do art.º 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

Para concretização destas atribuições, compete à câmara municipal “Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal” e “(...) apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município” (vide alíneas t) e u) do n.º 1 do art.º 33.º da atrás identificada lei). -----

Tratando-se de um edifício religioso que reflete a história e cultura religiosa do concelho, cujo interesse na sua manutenção e divulgação é inegável poderá a Câmara

Municipal, se assim o entender, deliberar atribuir um apoio financeiro para o fim pretendido. -----

Nesta conformidade, deve V. Ex.^a, Sr. Presidente, no âmbito da competência prevista na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da já citada lei, remeter o presente assunto para deliberação pelo órgão executivo, devendo propor um valor a atribuir, o qual deve ser cabimentado e comprometido, nos termos legais. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou atribuir uma verba de € 1 000,00, sendo, de acordo com a informação dos Serviços Financeiros, o valor disponível de dotação na respetiva rubrica. -----

20. APRESENTAÇÃO DE PREVISÃO DE DESPESA ASSOCIADA A MEDIDA DE EMPREGO APOIADO EM MERCADO ABERTO PARA 2 COLABORADORES, COM INÍCIO A 01 DE OUTUBRO/22. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 9/2022, UEASSD, da autoria da Assistente Técnica Lucinda Galandim, cujo conteúdo se transcreve. -----

”Relativamente ao assunto em epígrafe, e tendo por base a deliberação de Câmara de 01 de Setembro de 2021 onde foi aprovado valores para 3 candidaturas na medida acima referida, informo que é intenção desta autarquia iniciar duas destas candidaturas em Outubro do presente ano. Uma vez que já existia cabimento associado a estas candidaturas e para que fique correto, apresento nova previsão da despesa. -----

Nestes termos somos a expor a estimativa da despesa para 2 pessoas: -----

Ano 2022: -----

Valores globais da candidatura Emprego apoiado em mercado aberto (2 colaboradores/3.º Escalão/ 4.º Escalão): -----

1.1 – Remuneração Base: 705,00 € x 2 pessoas x 3 meses4.230,00 €

1.2 - Subsídio de alimentação: 100,17 € x 2 pessoas x 3 meses601,02 €

1.3 - Seguro de Acidentes Trabalho (apólice conjunta):..... 300,00 €

1.4 – Segurança Social a cargo da entidade (23,75%):.....1.004,63 €

1.5 – Subsidio de Natal1.410,00 €

1.6 – Subsidio de férias:.....1.410,00 €

Total:8.955,65 €

2) Comparticipação a efetuar pelo IEFP (3.º Escalão e 4.º Escalão):

2.1 – 3.º Escalão 50% (1 pessoas x 3 meses).....1.744,88 €

2.2 – 4.º Escalão 70% (1 pessoas x 3 meses).....2.442,84 €

Comparticipação total e efetuar pelo IEFP:4.187,72 €

3) Atendendo à comparticipação por parte do IEFP, nos termos previstos na legislação,
conclui-se que os custos a suportar por esta autarquia são os seguintes:

Total a cargo da entidade4.767,93 €

Ano 2023:

Valores globais da candidatura Emprego apoiado em mercado aberto (2 colaboradores/3.º Escalão/ 4.º Escalão):

1.1 – Remuneração Base: 705,00 € x 2 pessoas x 9 meses12.690,00 €

1.2 - Subsídio de alimentação: 100,17 € x 2 pessoas x 9 meses1.803,06 €

1.4 – Segurança Social a cargo da entidade (23,75%):.....3.013,87 €

Total:17.506,93€

2) Comparticipação a efetuar pelo IEFP (3.º Escalão e 4.º Escalão):

2.1 – 3.º Escalão 50% (1 pessoas x 9 meses).....4362,20 €

2.2 – 4.º Escalão 70% (1 pessoas x 9 meses).....6107,10 €

Comparticipação total e efetuar pelo IEFP:10.469,30 €

3) Atendendo à comparticipação por parte do IEFP, nos termos previstos na legislação,
conclui-se que os custos a suportar por esta autarquia são os seguintes:

Total a cargo da entidade7.037,63 €

A Câmara, por unanimidade, deliberou submeter as candidaturas assumindo o compromisso com as despesas decorrentes da aprovação das mesmas.

21. SUBMISSÃO DE UMA CANDIDATURA CEI PELO MUNICÍPIO DE CUBA - 1 VAGA –
ÁREA DE SERVIÇOS GERAIS.

Foi presente à Câmara a Informação n.º 10/2022, UEASSD, da autoria da Assistente Técnica Lucinda Galandim, cujo conteúdo se transcreve. -----

"Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar que é intenção do Município de Cuba, submeter uma candidatura CEI no âmbito dos Programas de Emprego ao IEFP para a integração de um colaborador na área de Serviços Gerais. -----

Nestes termos somos a expor a despesa associada à referida candidatura: -----

1) Valores globais 2022: -----

1.1 - Bolsa mensal: 88,64 € x 1 pessoa x 3 meses265,92 €

1.2 - Subsídio de alimentação: 104,94 € x 1 pessoa x 3 meses314,82 €

1.3 - Seguro de Acidentes pessoais:..... 125,00 €

Total :705,74 €

2) Atendendo ao facto que neste tipo de programa não existe comparticipação de valores por parte do IEFP, conclui-se que os custos a suportar por esta autarquia são os seguintes: -----

2.1 - Bolsa mensal: 88,64 € x 1 pessoa x 3 meses265,92 €

2.2 - Subsídio de alimentação: 104,94 € x 1 pessoa x 3 meses314,82 €

2.3 - Seguro de Acidentes pessoais:..... 125,00 €

Total :705,74 €

1) Valores globais 2023: -----

1.1 - Bolsa mensal: 88,64 € x 1 pessoa x 9 meses797,76 €

1.2 - Subsídio de alimentação: 104,94 € x 1 pessoa x 9 meses944,46 €

Total :1.742,22 €

2) Atendendo ao facto que neste tipo de programa não existe comparticipação de valores por parte do IEFP, conclui-se que os custos a suportar por esta autarquia são os seguintes: -----

2.1 - Bolsa mensal: 88,64 € x 1 pessoa x 9 meses797,76 €

2.2 - Subsídio de alimentação: 104,94 € x 1 pessoa x 9 meses944,46

Total :1.742,22 €

Face ao exposto cumpre-me concluir: -----

Por força das competências que são cometidas ao Presidente do órgão executivo do município pela alínea o) do n.º 1 do art. 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões desse mesmo órgão, deve a presente informação ser remetida à reunião ordinária da câmara municipal que terá lugar no próximo dia 28 de Setembro de 2022, para que nela possa ser deliberado o seguinte: -----

A aprovação da candidatura, bem como a aprovação da despesa a ela associada, sendo que no ano 2022 o valor a considerar é de 705,74 €, e no ano 2023 é de 1.742,22 € cada. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou submeter a candidatura assumindo o compromisso com as despesas decorrentes da aprovação da mesma. -----

22. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ESTUDANTES. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E ENSINO BÁSICO. APOIO PARA A AQUISIÇÃO DE LIVROS E/OU MATERIAL ESCOLAR E REFEIÇÕES. ANO LETIVO 2022/2023. CANDIDATURAS EXTEMPORÂNEAS, ATUALIZAÇÃO E RETIFICAÇÃO DE ESCALÕES. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 33/2022, UEASSD, da autoria da Técnica Superior Cristina Candeias, cujo conteúdo se transcreve. -----

“Foram apresentados 20 pedidos, dos quais 19 extemporâneos, 1 para atualização e 3 retificações internas, para os apoios em epígrafe para alunos do ensino pré-escolar e Ensino Básico. -----

De acordo com o n.º 4 do artigo 3º do Regulamento de ASE, os requerimentos foram rececionados atendendo aos motivos apresentados (mudanças de residência, transferência de matrículas e suposição de registo automático na plataforma das matrículas). São alunos pertencentes a agregados familiares integrados no 1.º e 2.º escalão de rendimentos, determinados para efeitos de atribuição do abono de família. -----

Assim, têm direito aos apoios, em cantina e materiais e/ou livros escolares os alunos constantes nos quadros I (Educação Pré-escolar) e II (1.º Ciclo) anexos a esta informação, que cumprem os requisitos para a comparticipação da Câmara. -----

O encargo financeiro com as refeições (tendo por base o preço praticado no ano letivo

transato e o n.º de dias letivos e não letivos, por força da oferta das atividades de apoio à família nas interrupções do Natal, Páscoa e verão para 2022/2023) tem um valor estimado de 5.237,75€, sendo que por prudência para o 1.º período do ano letivo 2022/2023 o valor estimado será de 1354,15 e o encargo financeiro para o apoio em livros e/ou materiais escolares, para o 1.º Ciclo, tem um valor de 490€. -----

O pagamento do apoio em livros e/ou materiais escolares, para o 1.º Ciclo será feito à entidade fornecedora dos materiais e/ou livros escolares, neste caso concreto à “Papelaria Articor”, por meio de cheque ou outro meio de pagamento. -----

Mais, se informa que em Reunião de Câmara de 03/08/2022, o órgão executivo, deliberou aprovar os auxílios económicos solicitados, no âmbito da Ação Social Escolar, requeridos pela encarregada de educação da aluna, constante no quadro III, em anexo, a frequentar o 1.º ciclo na escola sede em Cuba. De acordo com o escalão do abono que detinham na altura (II esc.) ficou aprovado que a Câmara suportaria 50% do custo com as refeições escolares. -----

Contudo, na sequência da reavaliação por motivos de alteração dos elementos do agregado familiar da aluna, o escalão sofreu alteração, passando para o I esc. do Abono de Família e de acordo com a legislação em vigor a comparticipação da autarquia é de 100%, conforme quadro III em anexo. -----

Assim, solicita a encarregada de educação que a atualização seja também considerada pela Câmara Municipal, para os efeitos de apoio em Cantina Escolar. -----

O encargo financeiro com o acréscimo do valor de comparticipação com estas refeições escolares tem um valor estimado de 149,65€, com efeitos a partir desta reunião e até ao final do ano letivo 2022/2023. -----

Informa-se, por último que, em Reunião de Câmara de 14/09/2022, o órgão executivo deliberou aprovar os auxílios económicos solicitados, no âmbito da Ação Social Escolar, requeridos pelos encarregados de educação para o ano letivo 2022/2023. -----

Por lapso, os apoios solicitados para os alunos do 1.º ciclo foram considerados na tabela dos alunos posicionados no esc I, onde deveriam ter sido incluídos na tabela dos alunos de esc II. -----

Assim, de acordo com o quadro IV, em anexo, solicito a retificação do escalão do abono e a atualização da comparticipação que daí advém para os apoios requeridos: - - Livros/materiais escolares, é atribuído o valor de 40€, de acordo com o esc.II; -----

- Refeições (cantina escolar) - relativamente à comparticipação das refeições, por se tratar de um apoio indireto, uma vez que na sequência de transferência de competências, no domínio da educação, o refeitório escolar é agora responsabilidade da autarquia, a mesma não terá impacto significativo na alteração da comparticipação para o esc. II. -----

Toda a documentação para instrução das candidaturas encontra-se arquivada em pastas no Serviço de Educação. -----

Para cumprimento do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, deve ser averiguada a disponibilidade financeira para a comparticipação que cabe ao município, mediante a emissão da informação de cabimento e do compromisso sequencial devidos. -----

Face ao exposto, cumpre-me concluir, -----

No âmbito das competências que são cometidas à Câmara Municipal pela alínea hh) do n.º 1, do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, deverá o órgão executivo deliberar em matéria de Ação Social Escolar - Educação Pré-escolar e Ensino Básico no que respeita a alimentação e atribuição de auxílios económicos a estudantes, para ano letivo 2022/2023, de acordo com os casos concretos, expostos na informação. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou considerar todas as candidaturas apesar de extemporâneas. -----

23. CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JOUE, N.º 01/22 PARA "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DOS SEGUROS" -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente, cujo teor se transcreve: -----

DESPACHO DE RETIFICAÇÃO DE ERROS E OMISSÕES

(n.º 7 do art.º 50.º do CCP)_

João Manuel Casaca Português, Presidente da Câmara Municipal de Cuba, no uso da competência prevista no n.º 3 do art.º 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugada com a alínea b) do n.º 1 do art.º 18.º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, ripristinada pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, tendo sido detetados erros e omissões nas peças do procedi-

mento supra identificado, determina que se proceda à sua retificação, nos termos do n.º 7 do art.º 50.º do CCP, o que faz nos termos seguintes:

1) No n.º 4.1 do art.º 32.º do Caderno de Encargos onde se lê “Os capitais a segurar são os indicados no anexo 2, e correspondem aos seguintes valores totais:

- . Edifícios e Benfeitorias: 4.190.260,30€;
- . Conteúdos e Equipamentos: 2.434.078,68€”.

Deve ler-se “Os capitais a segurar são os indicados no anexo 2, e correspondem aos seguintes valores totais:

- . Edifícios e Benfeitorias: 5.076.260,30 €;
- . Conteúdos e Equipamentos: 2.446.078,68 €”.

2) Os anexos 1 a 5 também são retificados passando a ter as redações conforme anexos que se juntam ao presente despacho e se dão por integralmente reproduzidos.

Mais delibera que o presente despacho seja publicitado nos termos enunciados no n.º 8 do art.º 50.º do CCP e submetido a ratificação pela Câmara Municipal na sua próxima reunião ordinária, conforme determina o atrás referido n.º 3 do art.º 35.º.-----
Em tudo o mais se mantêm inalteradas as peças do procedimento supra identificado.

O Presidente da Câmara

João Manuel Casaca Português

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina que “Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”, deliberou ratificar o despacho do Presidente da Câmara. -----

24. CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JOUE, N.º 01/22 PARA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DOS SEGUROS” -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente, cujo teor se transcreve: -----

DESPACHO

João Manuel Casaca Português, Presidente da Câmara Municipal de Cuba, atendendo à urgência da situação e não sendo possível reunir atempadamente o órgão executivo, determina, no uso da faculdade prevista no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e ao abrigo do disposto no n.º 7 do art.º 50.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, que: -----

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Tendo sido verificados alguns lapsos no Caderno de Encargos do procedimento supra identificado, que despoletaram uma série de pedidos de esclarecimentos, entendeu-se conveniente proceder-se à sua clarificação e retificação. -----

Assim, retificam-se as seguintes cláusulas (a negrito) do Caderno de Encargos: -----

“Cláusula 30ª

Ramo – Acidentes Pessoais

(...)

2. BOMBEIROS

.Coberturas / Capitais:

.Morte	176 250,00€
.Invalidez Permanente	176 250,00€ ^(a)
.Despesas de tratamento	até 70 500,00€
.Incapacidade temporária subsídio diário	até 105,75€
.Despesas de funeral	até 2 500,00€

^(a) A cobertura de Invalidez permanente não se aplica a maiores de 75 anos.

Cláusula 32ª





Ramo – Multirriscos

(...)

.LIMITES DE INDEMNIZAÇÃO – SUB-LIMITES

6.1. Ficam expressamente acordados os seguintes limites de indemnização, (em euros) por sinistro e anuidade, ocorrido ao abrigo de cada um dos seguintes riscos:

.Limpeza, demolição e remoção de escombros	€ 150.000,00
.Danos em bens do senhorio	€ 50.000,00

.Equipamento eletrónico, incluindo a cobertura de transporte	€ 150.000,00	
.Avaria de máquinas	€ 100.000,00	
.Derrame accidental de óleo	€ 25.000,00	
.Quebra ou queda accidental de painéis solares e antenas	€ 25.000,00	
.Quebra ou queda accidental de vidros, espelhos, reclames e anúncios luminosos	€ 25.000,00	
.Bens de terceiros, incluindo exposições	€ 150.000,00	
.Danos ao imóvel por Furto e/ou roubo	€ 25.000,00	
.Desenhos, documentos e suportes informáticos	€ 25.000,00	
.Danos em transporte terrestre de bens	€ 30.000,00	
.Bens ao ar livre	€ 50.000,00	
.Pesquisa de Avarias	€ 25.000,00	
.Responsabilidade Civil – Proprietário	€ 50.000,00	
.Riscos Elétricos	€ 150.000,00	
.Valor em caixa/cofre e transporte	€ 10.000,00	
.Danos Estéticos	€ 30.000,00	
.Danos causados em muros, vedações e portões	€ 10.000,00	
.Danos causados por fumo	€ 10.000,00	
.Danos causados por queda de granizo, por neve e gelo	€ 10.000,00	
.Danos causados por combustão espontânea	€ 10.000,00	
.Honorários de peritos	€ 50.000,00	
.Danos em bens dos empregados	€ 5.000,00	
.Privação temporária do local ocupado ou arrendado, quer este seja de função habitacional ou profissional	€ 50.000,00	

◦ Perda de rendas

€ 100.000,00

◦ Danos em parques, jardins e áreas de conservação da natureza, incluindo o respetivo equipamento, edificações, mobiliário e plantas

€ 10.000,00

Em tudo o mais se mantêm os termos do caderno de encargos. -----

Anexo o Caderno de Encargos retificado, que será disponibilizado na plataforma de contratação – acingov.pt. -----

A presente decisão irá ser submetida a ratificação pela Câmara Municipal na sua próxima reunião de 28/09/2022, conforme determina o atrás aludido n.º 3 do art.º 35.º.

O Presidente da Câmara

João Manuel Casaca Português

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina que *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Presidente da Câmara. -----

25. PROJETO DO NOVO REGULAMENTO CUBA+SOCIAL. PROPOSTA FINAL DA CÂMARA MUNICIPAL A REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA APRECIÇÃO E VOTAÇÃO, APÓS TÉRMINUS DO PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 25/2022, do Chefe da DAODS, o Jurista Vitor Fialho, cujo enquadramento se transcreve:-----

“Em relação ao procedimento mencionado no assunto importa ter em linha de conta que, na reunião de Câmara de 22 de junho de 2022 e posteriormente na sessão da Assembleia Municipal de 29 de julho foi determinado despoletar o projeto de regulamento Cuba +Social, mandatando a Câmara para aprovação do projeto, remessa do mesmo para consulta pública e auscultação dos deputados da Assembleia Municipal, bem como dos membros do executivo, em regime de permanência e não permanência, para no prazo de 30 dias apresentarem as sugestões que julgarem oportunas. A versão do projeto foi aprovada na RC de 20 de julho de 2022, vide doc. n.º 1, tendo

sido publicado em DRE, no passado dia 25 de agosto o Aviso n.º 16609/2022, vide doc. n.º 2, legitimando os interessados a, durante 30 dias apresentarem as sugestões que lhes aprouvesse.

Esse prazo terminou ontem dia 26 de setembro, não se tendo registado a apresentação de qualquer sugestão. Vide doc. n.º 3

Nestes termos, apresenta-se então a versão do projeto que consideramos como proposta definitiva e que deve ir aos órgãos competentes para apreciação e votação. Vide doc. n.º 4” -----

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos vereadores do PS, deliberou: -----

- a) – Ao abrigo do art.º 99.º do CPA, em articulação com a alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que legitima a Câmara a apresentar propostas à assembleia municipal sobre matérias da competência desta, aprovar a versão final do projeto e remetê-lo para a sessão da Assembleia Municipal de 29 de setembro, para que, em sintonia com o art.º 25.º n.º 1, al. g) da mesma lei, o órgão deliberativo aprecie e vote a versão final do presente regulamento; -----
- b) – Ao abrigo do art.º 139.º do CPA, em caso de aprovação do documento, determinar que o mesmo seja publicado em DRE para que possa obter a eficácia jurídica necessária à sua regular execução e aplicação. -----

26. DESPACHO DE DISTRIBUIÇÃO DE PELOUROS. -----

Foi presente à Câmara o Despacho do Sr. Presidente, referente à Distribuição de Pelouros cujo conteúdo se transcreve:

DESPACHO

João Manuel Casaca Português, Presidente da Câmara Municipal de Cuba, no uso das competências que lhe são cometidas pelo art.º 36.º n.º 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, atentas as atribuições e competências da Câmara Municipal, e sem prejuízo dos atos da competência exclusiva deste órgão, procede à seguinte distribuição de pelouros: -----

- a) - Presidente da Câmara – **João Manuel Casaca Português**:
a.1) – Ordenamento do Território;
a.2) – Urbanismo;

- a.3) - Empreitadas de Obras Públicas;
- a.3) – Desenvolvimento Económico;
- a.4) – Cooperação Institucional;
- a.6) – Recursos Humanos;
- a.7) – Finanças;
- a.8) – Património;
- a.9) – Turismo;
- a.10) – Cultura;
- a.11) – Comunicação Social.



Handwritten signature of Helena in blue ink, with the name 'Helena' written below it.

b) - Vice-Presidente da Câmara – **Filipe Domingos Candeias Chora:**

- b.1) - Agricultura e Florestas;
- b.2) - Obras Municipais por Administração Direta;
- b.3) - Higiene e Segurança no Trabalho;
- b.4) – Habitação;
- a.5) – Modernização Administrativa;
- b.6) - Equipamento Rural e Urbano;
- b.7) - Ambiente e Saneamento Básico;
- b.8) - Sanidade Animal;
- b.9) – Transportes;
- b.10) – Proteção Civil.

c) – Vereadora – **Sandra Manuela Figueira Heleno Serrano:**

- c.1) – Emprego;
- c.2) – Educação
- c.3) - Formação Profissional;
- c.4) – Saúde;
- c.5) – Juventude;
- c.6) - Ação Social; *
- c.7) - Desporto e Tempos Livres; *

* Nestas matérias deverá a Vereadora articular a sua ação com o Adjunto da Presidência, respeitando este último as competências que lhe são consignadas por lei;

** O presente despacho entra em vigor em **01 de outubro de 2022**, revogando dessa forma o anterior documento sobre esta matéria emanado em 11 de outubro de 2021

Paços do Município de Cuba, 27 de setembro de 2022

O Presidente da Câmara

João Manuel Casaca Português

A Câmara, tomou conhecimento. -----

27. JOAQUINA MARIA VARELA PARREIRA MARCELINO. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: LARGO FIALHO DE ALMEIDA, N.º 32, EM CUBA. -----

Solicita a Sr.ª Joaquina Maria Varela Parreira Marcelino, titular do contrato de água da morada indicada, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo que tem em dívida e em processo execução fiscal, no valor de € 653,56, em 5 prestações mensais, de acordo com a simulação anexa, dado que, devido a dificuldades de ordem económica não tem possibilidade de proceder ao pagamento na íntegra. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a Informação n.º 150/2022, da Subunidade Administrativa e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão do requerente possibilitando o pagamento de forma fracionada, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

28. JOAQUINA MARIA VARELA PARREIRA MARCELINO. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: TRAVESSA DE SÃO PEDRO, N.º 3-A, EM CUBA. -----

Solicita a Sr.ª Joaquina Maria Varela Parreira Marcelino, titular do contrato de água da morada indicada, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo que tem em dívida e em processo execução fiscal, no valor de € 157,28, em 3 prestações mensais, de acordo com a simulação anexa, dado que, devido a dificuldades de ordem económica não tem possibilidade de proceder ao pagamento na íntegra. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a Informação n.º 151/2022, da Subunidade Administrativa e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão do requerente possibilitando o pagamento de forma fracionada, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO. -----

Cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 49.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro"

2 - Os órgãos executivos das autarquias locais realizam, pelo menos, uma reunião pública mensal, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto na parte final do número anterior". -----

Não se registaram intervenções. -----

Aprovação da ata:-----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram.-----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 10,45 horas.-----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico, redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,



O Coordenador Técnico,

